

Políticos correm atrás do PRN de Collor

O campeão de votos Fernando Collor de Mello chegou ao segundo turno das eleições presidenciais sem contar com o apoio de um ou mais partidos enraizados no País. Em fevereiro passado, já visando à candidatura presidencial, Collor lançou o manifesto do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que hoje aguarda o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O PRN, a rigor, foi uma simples troca de siglas: ele ocupou o espaço do inexpressivo Partido da Juventude

(PJ) cujo presidente Daniel Tourinho e a sua estrutura nascente passaram, nas mesmas posições, para a nova legenda.

Com a legenda nas mãos, o candidato montou uma coligação informal com os também inexpressivos Partido Social Cristão (PSC) e Partido Trabalhista Renovador (PTR). Por conta desse acordo, Collor conseguiu três horas de rede nacional de televisão gratuitas, no horário nobre, antes do início da campanha eleitoral. Posteriormente, o PSC e o PTR coligaram-se com o

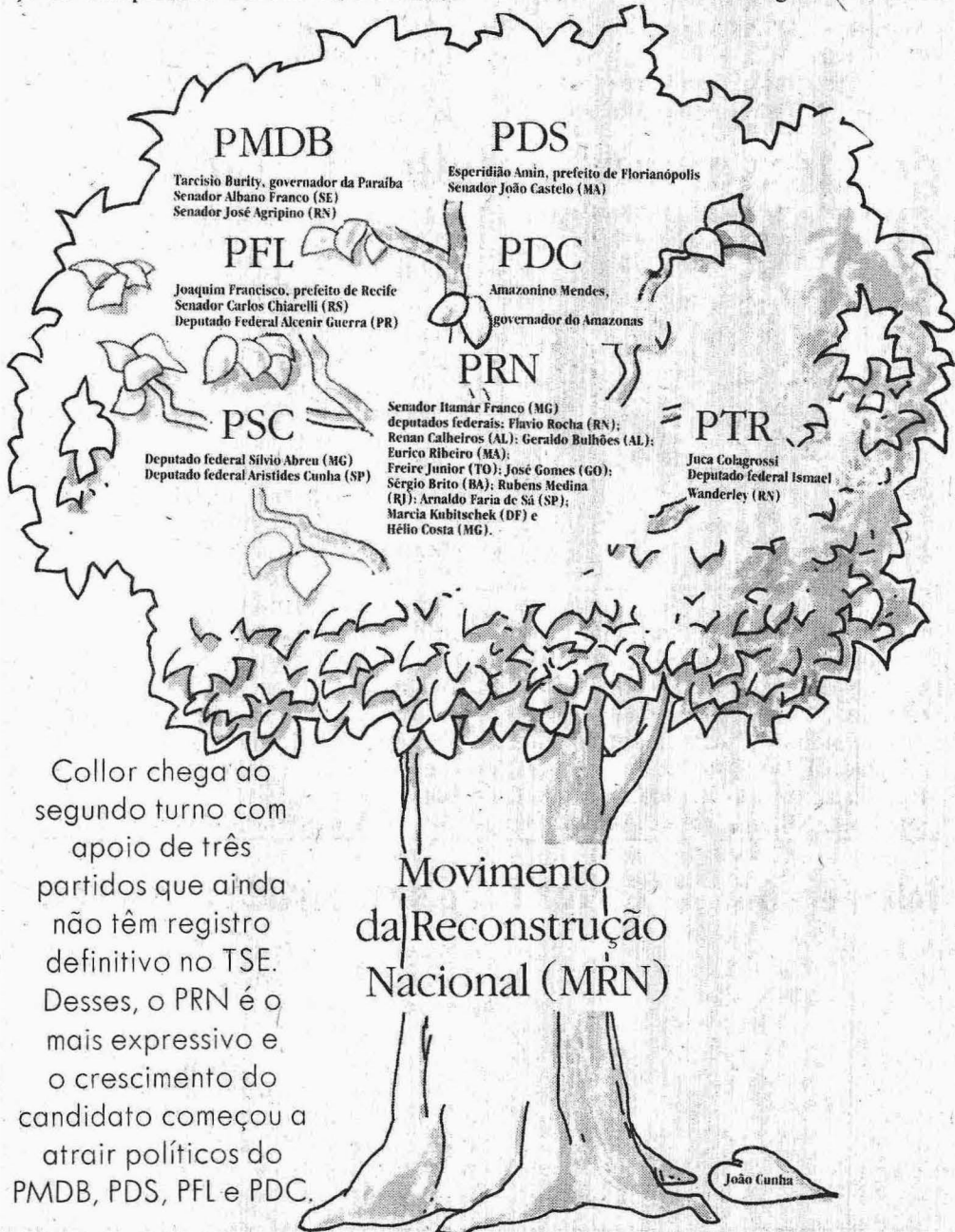
PRN em torno da sua candidatura.

O PRN, ainda com o nome de Partido da Juventude, elegeu, no ano passado, o prefeito de Juiz de Fora, onde, nas eleições atuais, o candidato mais votado foi Luís Inácio Lula da Silva, do PT. O PSC empresta a Collor o número 20. Apesar de tentar se estruturar desde 1985 e já ter em suas fileiras políticos destacados como a deputada Dirce Tutu Quadros — hoje no PSDB —, ainda não conseguiu o registro definitivo. O PTR, por sua vez, também nasceu em 1985, como uma dissidência do PDT de Leonel Brizola — e continua sem registro definitivo. Tanto o PSC como o PTR precisam apresentar, até o próximo dia 26, documentação provando que conseguiram se estruturar, sob pena de perderem o registro provisório como ocorreu com o PMB de Armando Corrêa.

Com o PRN, PSC e PTR coligados surgiu o Movimento da Reconstrução Nacional (MRN), coordenado pelo candidato a vice, senador Itamar Franco (MG), como forma de superar disputas internas na coligação. Dos três, de qualquer forma, o PRN é a força mais expressiva que, ao nascer em fevereiro — quando Collor ainda era governador de Alagoas — ganhou a adesão de 47 dos 97 prefeitos do Estado.

O crescimento do candidato nas pesquisas, contudo, criou problemas para o partido incipiente. O presidente do diretório regional de Minas Gerais, Naim Gonçalves, foi destituído quando se comprovou que ele cobrava uma taxa, depositada numa conta particular, para aceitar filiações ao partido. Também políticos de primeira hora do PRN, como o deputado federal João Cunha, acabaram deixando o partido dias antes das eleições. Cunha saiu atirando contra o personalismo do candidato e o PRN, por enquanto, é seu último partido depois de ter passado pelo MDB, PMDB, PT e PDT.

O crescimento da candidatura Collor também acabou atraindo para o PRN uma bancada de 22 parlamentares federais e, nas proximidades das eleições, já se contava uma bancada informal de outros 50 parlamentares. Entre eles, políticos oriundos das fileiras do PMDB, PFL, PDS e PDC, como o prefeito do Recife, Joaquim Francisco (PFL), o governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PDC), e o prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin (PDS).



Collor chega ao segundo turno com apoio de três partidos que ainda não têm registro definitivo no TSE. Desses, o PRN é o mais expressivo e o crescimento do candidato começou a atrair políticos do PMDB, PDS, PFL e PDC.